

Eixo temático: Estratégia e Internacionalização de Empresas

**GESTÃO AMBIENTAL NOS SETORES PRIVADO, PÚBLICO E NAS
ORGANIZAÇÕES SOCIAIS**

**ENVIRONMENTAL MANAGEMENT IN THE PRIVATE AND PUBLIC SECTORS
AND SOCIAL ORGANIZATIONS**

Leticia de Magalhães Bandeira, Rosaura Espírito Santo da Silva, Maurício Pinto da Silva, João
Carlos de Oliveira Koglin e Claire Morrone Barbat Parfitt

RESUMO

O desempenho ambiental de uma organização vem tendo importância cada vez maior para as partes interessadas, internas e externas. À medida que aumentam as preocupações com a manutenção e a melhoria da qualidade do meio ambiente, bem como a proteção da saúde humana, as organizações vêm crescentemente voltando suas atenções para os potenciais impactos de suas atividades, produtos e serviços. Porém, os motivos que instigam a sociedade capitalista à busca pela saúde do meio ambiente são meramente econômicos, e não ecológicos, não caracterizando uma mudança de paradigma no desenvolvimento econômico atual. Torna-se, então, imprescindível que haja uma forte atuação do poder público, enquanto modelo de gestão, em conjunto com atividades fundamentadas em Educação Ambiental, voltadas a sociedade civil. Este sim é o principal caminho para uma inter-relação harmônica entre os setores privado, público, social e ambiental na busca pelo desenvolvimento sustentável. O presente artigo buscou destacar a Gestão Ambiental com enfoque nos três setores sociais que compõem a relação sócio-econômica-ambiental: empresas privadas, instituições públicas e a sociedade.

Palavras-chave: gestão ambiental, educação ambiental, desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

The environmental performance of an organization is having increasingly importance to internal and external stakeholders. As the concerns of maintenance and improvement of environmental quality and protection of human health increases, organizations are increasingly turning their attention to the potential impacts of its activities, products and services. However, the reasons that leads a capitalist society the search for environmental health are purely economic, not ecological, rather than representing a paradigm shift in the current economic development. It is therefore essential to have a strong government performance as a model of management, together with activities based on environmental education, focusing on civil society. This indeed is the main way for a harmonious inter-relationship between the private, public, social and environmental considerations in the quest for sustainable development. The present paper aims to highlight the Environmental Management with a focus on three sectors that make up the relation socio-economic-environmental: private companies, public institutions and society.

Keywords: environmental management, environmental education, sustainable development.

OBJETIVO

O presente artigo tem como objetivo instigar os três setores sociais que compõem a relação sócio-econômica-ambiental: empresas privadas, instituições públicas e a sociedade a pensar ecologicamente; a alterar padrões de consumo, de desenvolvimento e de produção até então toleráveis; estimulando mudanças de atitudes diárias em relação às questões ambientais, através do enfoque à gestão ambiental nesses setores.

REVISÃO DA LITERATURA

Introdução

A Terra propicia recursos finitos enquanto os recursos naturais que ela sustenta puderem variar com o tempo e de acordo com as condições de gerenciamento e o uso a eles atribuído. As crescentes necessidades humanas e a expansão das atividades econômicas estão exercendo uma pressão cada vez maior sobre os recursos terrestres, criando uma competição e conflitos e tendo como resultado o uso impróprio de tais recursos. Caso queiramos, no futuro, atender às necessidades humanas de maneira sustentável é essencial resolver hoje esses conflitos e avançar para um uso mais eficaz e eficiente dos recursos naturais que estão disponíveis no ambiente.

A maior parte das atividades humanas: domésticas, públicas ou empresariais, estão diretamente envolvidas com a questão do uso de recursos naturais na forma de matérias-primas e geração de produtos e subprodutos. As empresas, muitas vezes, não respeitam os limites ambientais, elas compram matéria-prima em qualquer lugar do mundo, em função de qualidade e preço; instalam fábricas nos países onde os custos de produção fiquem mais acessíveis; e vendem seus produtos para o mundo inteiro. Da mesma forma, as pessoas, enquanto consumidores, na maioria das vezes, compram produtos em função de qualidade e preço, sem a preocupação de como este foi produzido, em que condições e com quais materiais, acirrando ainda mais o desequilíbrio entre meio ambiente e atividades humanas.

Por este e outros motivos, as questões ambientais relacionadas às atividades domésticas, públicas, da indústria e do comércio assumiram importância crescente, afetando decisivamente a vida destes âmbitos. A exigência de um meio ambiente saudável transcendeu as fronteiras legais e constitui hoje requisito de peso à sustentabilidade da vida no planeta.

Gestão Ambiental no Setor Privado

Com o objetivo do lucro a qualquer preço a maioria das empresas, principalmente as indústrias, não se importou em poluir e exaurir a natureza, consumindo de uma forma desenfreada os recursos naturais e ejetando resíduos nocivos em decorrência da exploração irracional e ambiciosa.

Desde os tempos primários, a interação entre a atividade humana e o seu meio ambiente foi fator dominante na moldagem de um pelo outro. Quando esta atividade, por força de sua organização, começa a merecer o nome de empresa, ela torna-se inevitavelmente um elo essencial na cadeia de equilíbrio do meio ambiente como um todo.

A gestão ambiental empresarial pode ser entendida como um conjunto de políticas, programas e práticas administrativas e operacionais que levam em conta a saúde e a segurança das pessoas e a proteção do meio ambiente, através da eliminação ou mitigação de impactos e danos ambientais decorrentes do planejamento, implantação, operação, ampliação, realocação

ou desativação de empreendimentos ou atividades, incluindo-se todas as fases do ciclo de vida de um produto (BARBIERI, 2004).

O modelo de desenvolvimento econômico há algumas décadas atrás, baseava-se em ganhos crescentes por meio do uso intenso de insumos produtivos, principalmente os de extração direta da natureza. Era um modelo meramente capitalista que visava ao lucro máximo; o crescimento econômico era visto como gerador de bem-estar à sociedade, enquanto o meio ambiente, apenas como um bem privado, no que se refere à produção e descarte dos seus resíduos. O que aconteceu é que este modelo, da maneira como foi idealizado, não era sustentável ao longo do tempo. Essa forma de evolução do sistema capitalista encontra seus limites por vários fatores, de ordem econômica, social e política, mas também, e sobretudo, devido ao esgotamento dos recursos naturais.

Ashley (2003) profetiza que com a intensificação do modelo econômico capitalista, o meio ambiente foi desmaterializado pela racionalidade empresarial. Esse imperativo molda a discussão econômica em torno da temática ambiental. Com os avanços tecnológicos, houve uma aceitação generalizada da noção de que os seres humanos haviam conseguido superar os limites do mundo natural devido à tecnologia avançada. Porém, o surgimento de inúmeros problemas ambientais nas últimas décadas teve a função de despertar o ser humano da sua arrogância e fazê-lo aceitar que sua sustentação depende do meio natural. Assim, o retorno da problemática ambiental ressuscitou os velhos temas da sobrevivência humana e das formas de adaptação, e os colocou no centro do cenário econômico, político e social.

Assumiu-se, então, que as reservas naturais são finitas e que as soluções ocorrem, em grande parte, através de atitudes mais adequadas no que se refere às indústrias em relação ao meio ambiente, mas também às ações diárias da sociedade civil. Só é inteligente o uso de recursos naturais para o desenvolvimento caso haja sustentabilidade no uso dos referidos recursos, do contrário, a degradação e o caos serão inevitáveis. Para isso, as empresas devem mudar seus paradigmas, mudando sua visão empresarial, objetivos, estratégias de investimentos e de marketing, tudo voltado para o aprimoramento de seu produto, visando um mercado ecológico e um desenvolvimento sustentável. Um conceito de desenvolvimento sustentável definido por Nascimento (2008, p. 61) é “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”.

Agora, ante a total impossibilidade de deter o progresso, só nos resta a alternativa de dominá-lo, controlá-lo, adequá-lo a sua mais inerente finalidade: o bem estar do ser humano. A ordem passa a ser: mudar o processo para acabar com a poluição; agir nas fontes geradoras; minimizar a emissão; valorizar os resíduos para reaproveitá-los e, só em último caso, tratá-los e descartá-los.

Surge, neste contexto, o conceito da gestão “eco-eficiente”, que visa operar uma empresa reduzindo ao máximo o impacto ambiental, otimizando todo o processo produtivo. A eco-eficiência também inclui a utilização de tecnologias menos poluentes ou perigosas, denominadas tecnologias limpas, que priorizam as fontes renováveis de energia, de insumos e de matéria-prima; e utiliza técnicas operacionais de prevenção à poluição, buscando por sistemas de gestão que respeitem o meio ambiente. Assim, além do lucro e do desenvolvimento econômico, as questões ambientais passam a fazer parte do objetivo da empresa, confirmando-se, em âmbito mundial, uma premissa básica para o sucesso da gestão empresarial.

Em face da crescente importância dada à proteção ambiental e com o objetivo de harmonizar globalmente os procedimentos de gestão ambiental empresarial, sem privilegiar determinados setores ou países, foram criados, em 1994, no âmbito da *International Standard Organization* (ISO), grupos de trabalho para o desenvolvimento de normas, contendo diretrizes aplicáveis aos diferentes setores produtivos e regiões que possibilitassem uma

gestão e um produto com "qualidade ambiental". Em 1996, foram aprovadas e publicadas as normas ISO 14001.

Na norma ISO 14001 encontram-se especificados os requisitos gerenciais para que qualquer organização, nos mais diversos tipos, respeitando suas especificidades setoriais, geográficas, culturais e econômicas, possa estabelecer um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e, assim, obter uma certificação de que seu processo produtivo preocupa-se com o meio ambiente e é pró-ativo em relação à minimização de seus impactos negativos a ele.

O SGA, portanto, contribui para a eco-eficiência das empresas, enquanto prática de produzir sempre bens e serviços mais úteis, concomitantemente à redução contínua do consumo de recursos e da poluição, o que traduz a preocupação em estabelecer a melhor relação possível entre atividade empresarial, meio ambiente e necessidades humanas presentes e futuras.

Porém, analisando a interação empresa e meio ambiente e os aspectos econômicos, políticos e sociais constata-se que o interesse das empresas frente às questões ambientais partiu, principalmente, de uma sensibilização econômica, e não ecológica, como vem sendo comumente apontado.

A busca pelo equilíbrio das atividades empresariais com a natureza através das certificações voluntárias pela ISO 14001, as inovações tecnológicas, como a implantação de tecnologias limpas nos processos de produção; a implementação de sistemas de gestão ambiental; entre outras atitudes positivas ecologicamente foram desenvolvidas como uma resposta aos limitantes da legislação ambiental, das seguradoras, dos acionistas, das barreiras comerciais e de uma possível pressão social, representada pelo consumidor, exigindo uma atuação empresarial mais responsável com o meio ambiente.

“Essa percepção já sinaliza que tal óptica não corresponde propriamente a um processo de transformação paradigmática, ou seja, uma transição ideológica da racionalidade econômica para a ecológica.” (LAYRARGUES, 2000, p. 84). Uma mudança do paradigma meramente econômico do mercado global deve, desta forma, dar espaço à transformação da capacidade da sociedade capitalista pensar ecologicamente pela saúde do planeta e da humanidade. Uma visão eco-eficiente de desenvolvimento, onde a sustentabilidade ganha o lugar do crescimento econômico desenfreado e a qualquer custo. Isso sim representaria uma mudança paradigmática empresarial.

Todavia, não se pode negar que ocorreu um grande avanço em relação à cultura empresarial frente às questões ambientais, mas, esse argumento não pode representar uma meta cumprida, cujo objetivo tenha sido plenamente atingido. Pode ser que a cultura do desperdício seja substituída pela cultura da reciclagem, mas essa é uma transição que depende diretamente de um trabalho reforçado de Educação Ambiental.

A mudança do paradigma empresarial deve incluir não só uma relação de respeito com o meio ambiente enquanto recurso natural, mas também uma relação de respeito com a sociedade. Sociedade esta que, a cada dia, se mostra mais consciente quanto às questões ambientais, preocupada com o desenvolvimento, mas, sobretudo, com o futuro do planeta e com a sobrevivência da humanidade.

Gestão Ambiental no Setor Público

Sabe-se que organizações privadas e públicas funcionam de forma diferente e, por possuírem objetivos distintos, devem ser gerenciados de maneira específica, precisando, contudo, igualmente, de abordagens diferenciadas na busca pela preservação ambiental.

Desta forma, o interesse pelas questões ambientais estréia no âmbito organizacional público e privado, por diferentes razões, seja por pressões social, cultural, legal, política ou econômica, alternando conforme o tipo de instituição.

Enquanto na iniciativa privada, o governo, o mercado internacional (e até mesmo o nacional), os investidores, os financiadores e, ultimamente os consumidores começam a exigir das empresas atestados de sua preocupação ambiental, nos órgãos públicos, onde a competitividade pelo mercado de consumo globalizado, o aumento da lucratividade, e a preocupação com a imagem socioambiental da organização não são prioridades, a motivação para implantação de procedimentos e ações que visem à preservação ambiental deve ser trabalhada através da conscientização dos próprios servidores que formam a organização.

Sendo a certificação ambiental através da NBR ISO 14001 uma maneira visível de expressar a preocupação das organizações quanto ao meio ambiente, pode-se perceber que, entre as empresas com tal certificação, pouquíssimas são do setor público. Uma explicação cabível para esse “desinteresse” do setor público pode estar na falta de pressão dos atores sociais frente às práticas socioambientais públicas. Sendo assim, os órgãos públicos só buscariam a certificação ISO 14001 quando impelidos por exigências do mercado ou de pressões sociais externas (MOURA, 2002).

Muitas vezes, segundo Vieira (2003), os problemas ambientais provenientes de organizações públicas decorrem da carência de conscientização e orientação ambiental no processo decisório que define a utilização dos recursos naturais, particularmente no que se refere à articulação e coordenação das ações e à participação da sociedade interessada na negociação que orienta a tomada de decisão.

Assumir uma postura proativa, analisa Barbieri (2004), antecipando-se às mudanças e exigências do ambiente externo, tem a grande vantagem de influenciar as direções futuras, de longo prazo, para onde a sociedade está se movendo, econômica e/ou ambientalmente. Para isso, é exigido que os órgão públicos adotem, internamente, mudanças que suportem visões de longo prazo, responsabilidades compartilhadas, e busca de novas informações.

A administração pública, na qualidade de modelo de gestão e exemplo perante a sociedade econômica e social, da sua capacidade regulamentadora e indutora de novos padrões e práticas e, concomitantemente, grande consumidora de recursos naturais e bens e serviços nas suas atividades, assume um papel estratégico na revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais de desenvolvimento sustentável na relação socioeconômico ambiental.

Aos fatores sociais associados à preservação ambiental e à saúde da população, somam-se os efeitos da melhor utilização de recursos públicos, pois a eco-eficiência se fundamenta na racionalidade das decisões, na análise de custo e benefício das medidas a serem implementadas.

A administração do setor público, com a missão primordial de promover o bem-estar da sociedade, deveria ser pioneira na iniciativa de implantar um sistema eficiente de gestão ambiental. Por este motivo, e devido aos questionamentos expostos anteriormente sobre o número limitado de empresas do setor público certificadas pela ISO 14001, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) teve a principal iniciativa frente à responsabilidade nas atividades econômicas, sociais e ambientais na administração pública, criou, em 1999, um programa oficializado pela Portaria nº 510/2002, que visa implantar a responsabilidade socioambiental nas atividades administrativas e operacionais da gestão pública, nomeado Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P.

A A3P tem como princípios a inserção dos critérios socioambientais nas atividades regimentais dos órgãos públicos, que vão desde uma mudança nos investimentos, compras, licitações e contratação de serviços até a uma gestão adequada dos resíduos gerados e dos

recursos naturais utilizados. Devendo, esta, atuar em conformidade com os requisitos ambientais legais, evitando potenciais custos em compensação por danos ambientais.

Deste modo, a A3P pretende instaurar a construção de uma nova cultura institucional na administração pública, visando à conscientização dos servidores para a otimização da utilização dos recursos naturais, para o combate ao desperdício e para a busca de uma melhor qualidade no ambiente de trabalho, a saúde do planeta e o bem-estar social. Pois o momento em que vivemos é de correção de hábitos de desperdício e de aprendizado, de uma nova maneira de executar as tarefas, com a consciência de que os recursos naturais são finitos e que nossa sobrevivência depende deles.

Esse contexto envolve a inserção de critérios ambientais e sociais, mas é, sobretudo, uma ambiência nova, um novo modelo de perceber as relações coletivas dentro de um constante aprimoramento da qualidade de vida do trabalhador, sua saúde e bem-estar em equilíbrio com o meio ambiente.

Há, para isso, a necessidade de conscientizar, capacitar e treinar os servidores públicos, e, sobretudo, de motivá-los para estarem abertos a mudanças nos procedimentos administrativos e na execução de suas atividades e hábitos diários de trabalho. E, para que as mudanças pretendidas por essa Agenda na cultura institucional possam efetivar-se, é decisivo o engajamento do próprio servidor e de seus dirigentes. Caso contrário, a A3P será mais um programa governamental sem garantia de continuidade (BRASIL, 2009).

Organizações Sociais

Em algum momento a humanidade pôde se dar ao luxo de extrair, produzir e consumir sem se preocupar com a concorrência e o desperdício. Os recursos naturais pareciam inesgotáveis e os mercados, impermeáveis. O orgulho do ser humano foi tão alto que pensava que não precisava se preocupar com o meio natural porque este era considerado uma fonte inesgotável de recursos. Para a sociedade, o meio ambiente se constituía simplesmente no suporte físico que fornece aos setores produtivos os recursos necessários para desenvolver suas atividades, assim como o receptor de resíduos gerados a partir desses processos.

Contudo, alerta Boff (1999) que desde o começo da industrialização, no século XVIII, a população mundial cresceu oito vezes, consumindo mais e mais produtos naturais. O efeito das atividades humanas sobre o meio ambiente aumentou significativamente, através das atividades industriais, dos aglomerados urbanos e da expansão da agricultura. Somente a produção, baseada na exploração da natureza, cresceu mais de cem vezes. O agravamento deste quadro com a globalização do acelerado processo produtivo faz aumentar a ameaça e, conseqüentemente, a necessidade de um cuidado especial com o futuro da Terra. Este processo de industrialização acelerada mudou irreversivelmente o cenário ambiental, transformando o progresso quase forçado em evolução quase caótica (BURSZTYN, 2001).

Felizmente, esse pensamento intolerável está mudando. Já é compreendido que a atividade do homem não deve se opor à natureza, pois dela é parte integrante, ela a molda desde o começo e desde o começo é por ela moldada. Assim sendo, querer proteger ou defender a natureza tem menos sentido do que querer administrá-la de maneira responsável, a partir daí, querer integrar nela uma gestão responsável (BACKER, 1995).

Passa-se a entender, portanto, que o desenvolvimento econômico e o meio ambiente estão intimamente ligados. Uma atividade econômica não pode ser pensada ou praticada separadamente, porque tudo está inter-relacionado: homem, meio ambiente, economia.

A sociedade em geral está cada vez mais exigente e crítica no que diz respeito aos danos ambientais e à poluição provenientes das atividades industriais. À medida que aumentam as preocupações com a manutenção e a melhoria da qualidade do meio ambiente,

bem como a proteção da saúde humana, a sociedade vem crescentemente voltando suas atenções para os potenciais impactos de suas atividades, produtos e serviços. Quando as condições ambientais se tornam intoleráveis devido à poluição causada pelas atividades produtivas, as pressões exercidas pela população aumentam. Assim, a sociedade civil, através de suas organizações, exerce pressão sobre os setores produtivos privados ou públicos para que estes diminuam os impactos ambientais negativos de suas atividades.

O momento atual exige que a sociedade esteja informada, motivada e mobilizada para assumir um caráter mais propositivo, assim como para poder questionar de forma concreta a falta de iniciativa dos governos para implementar práticas de gestão pautadas pelo binômio sustentabilidade e desenvolvimento num contexto de crescentes dificuldades para promover a inclusão social na proteção ambiental. Para tanto é importante o fortalecimento das organizações sociais e comunitárias, a redistribuição de recursos mediante parcerias, de informação, capacitação e, principalmente, educação para participar crescentemente dos espaços públicos de decisão e para a construção de instituições pautadas por uma lógica de gestão eco-eficiente (JACOBI, 2003).

Muito mais que uma tendência, que se refere apenas a um modismo, o conceito de administração pública ou privada baseada em uma gestão eco-eficiente que vise o desenvolvimento sustentável deixou a vanguarda para tornar-se uma palavra comum no vocabulário dos mais variados extratos da sociedade (SILVA, 2010).

Consumidor Verde

O homem, até então ocupou e consumiu os recursos naturais como um parasita, sem se preocupar com a saúde do ecossistema (ODUM, 2004). Felizmente a sociedade civil despertou de sua egocentria de uni-existência e passou a perceber suas limitações de sobrevivência em um planeta que vem sendo dizimado pela sua própria atuação, seja pela ação produtiva como consumista.

Com a expansão das preocupações com o meio ambiente, o mercado foi, em parte, redesenhando, estabelecendo-se, então, um segmento de consumidores e produtos diferenciados. Consumidores que procuram cada vez mais por produtos e serviços ambientalmente saudáveis, fazendo com que os gestores procurem adaptar-se ou, até mesmo, antecipar-se às novas exigências do consumidor moderno. Segundo Layrargues (2000), o consumidor verde é aquele em cuja decisão de compra incide, além da questão qualidade/preço, uma terceira variável: o meio ambiente, ou seja, o produto precisa ser não prejudicial ao ambiente em nenhuma etapa do seu ciclo de vida, isto é, ser ambientalmente correto.

O consumidor verde caracteriza-se por atitudes proativas em relação ao meio ambiente como: busca por qualidade nos produtos/serviços, evitando o consumo de produtos/serviços com impactos negativos aos ecossistemas; recusa produtos derivados de espécies em extinção; observa os certificados de origem, validade e os selos verdes; considera e valoriza a biodegradabilidade do produto; prefere produtos isentos de conservantes, alvejantes e corantes; admite produtos/serviços com sobre preço devido à qualidade ambiental; prefere produtos com embalagem reciclável e/ou retornável; evita produtos com embalagem não biodegradáveis; interessa-se pelo processo produtivo de todo o ciclo de vida do produto; enfim, passa a exigir das empresas não somente a criação e venda de produtos, mas a profícua integração com o meio social, ultrapassando o simples relacionamento comercial.

A situação atual mostra que os novos tempos caracterizam-se por uma rígida postura dos clientes internos e externos, voltada à expectativa de interagir com organizações que

sejam éticas, com boa imagem institucional no mercado e que atuem de forma ecologicamente responsável.

Porém, com as ainda poucas atitudes ambientalistas proporcionadas pelas empresas privadas e públicas aos consumidores, como a certificação ISO 14001, o controle ambiental, antes sob a responsabilidade do governo, passa para o âmbito da sociedade, que teria no consumidor verde o efeito regulador da mão invisível, funcionando por meio da lei da oferta e procura (LAYRARGUES, 2000).

O problema é que, segundo Layrargues (2000), o consumidor verde, sobretudo no Brasil, como na maioria dos países em desenvolvimento, ainda é totalmente inexpressivo no conjunto dos cidadãos consumidores. Portanto, o mercado atual de consumidores preocupados com o meio ambiente, sozinho, é insuficiente para alterar o comportamento das empresas em relação à degradação ambiental.

De acordo com Leff (2001), é preciso construir uma racionalidade ambiental, um saber ambiental, visando construir uma racionalidade consciente nos atores sociais para a gestão sustentável dos recursos. Assim, um maior esforço proveniente das políticas públicas, embasadas fortemente em Educação ambiental para somar-se ao tímido conjunto de consumidores conscientes ambientalmente é um dos pontos vitais para a transição à sustentabilidade com uma gestão ambiental coerente.

Portanto, assim como as empresas privadas e públicas, o governo e a sociedade devem estar atentos, promovendo ações de respostas positivas frente às novas demandas ambientais, não em busca de maior competitividade, mas sim de uma real conscientização da indispensável necessidade de cuidados à natureza, oferecendo propostas onde a defesa do ambiente saudável seja sempre reconhecida como compromisso primordial.

Reigota (2000) alerta que neste novo modelo de desenvolvimento econômico a idéia passa a ser de integração e interação entre governo, empresas e sociedade, propondo uma nova maneira de olhar e transformar o mundo, pois a transformação da natureza é um fato necessário e inevitável, mas nossa existência depende dela.

Educação Ambiental

Uma grande conquista de âmbito nacional foi a criação, em 1999, da Política Nacional de Educação Ambiental, lei nº 9.795/99, caracterizando o Brasil como o único país da América Latina a ter uma política nacional específica para a educação ambiental (DIAS, 2004). De acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9.795/99, entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Capra et al. (apud CALLENBACH, 1993) destaca que o aspecto essencial da mudança de atitude da sociedade civil é que a percepção do mundo como máquina cede lugar à percepção do mundo como sistema vivo, que deve então ser cultivado, possibilitando um modelo de desenvolvimento ideal, que concilie desenvolvimento econômico e ambiental de forma harmoniosa. “A fumaça das chaminés passou a ser vista não mais como uma vantagem, e sim como uma anomalia” (ASHLEY, 2003, p.65).

Preservar o meio ambiente não é mais um modismo de minorias, de acordo com Valle (1995), transformou-se em uma necessidade universal para a preservação de nossa espécie. O homem precisa atuar consciente de que, sendo parte da natureza, lhe cabe conservá-la, para que ela possa servir e garantir sua sobrevivência. Para isso, o que precisa ser feito é ir além de uma conscientização ecológica nas empresas privadas, nas instituições públicas, e na

sociedade, mas também construir uma “cultura” ambiental nesses setores sociais, que se imponha àquela relacionada apenas ao consumo, baseada em educação ambiental.

As práticas, processos e conceituações desenvolvidas em todo o mundo a respeito da Educação Ambiental, segundo Dias (2004), acabaram promovendo a sensibilização das pessoas a respeito da questão, mas continuam incipientes quanto às reais possibilidades de configurar perspectivas menos sombrias, caracterizadas por mudanças de comportamento e de paradigmas.

Para que se atinja um avanço substancial e concreto na relação socioambiental, é de extrema importância promover a educação ambiental expandindo a possibilidade de a população participar em um nível mais alto no processo decisório, como uma forma de fortalecer sua co-responsabilidade na fiscalização e no controle dos agentes de degradação ambiental, incrementando os meios de informação e o acesso a eles, bem como o papel indutivo do poder público nos conteúdos educacionais e nas políticas públicas, como caminhos possíveis para alterar o quadro atual de degradação ambiental.

O papel dos professores, afirma Jacobi (2003), é essencial para impulsionar a formação de valores de sustentabilidade como parte de um processo coletivo de assumir um compromisso de transformação frente aos padrões atuais de educação. Mas a educação ambiental deve ir além do ensino escolar, deve também atingir o interior das empresas privadas e públicas, incluindo o grande poder econômico nesta caminhada rumo à sustentabilidade.

Muitos problemas ambientais, que à primeira vista parecem complicados nas empresas, podem se tornar de simples solução, desde que haja algum investimento em educação ambiental. A educação ambiental no trabalho pode se transformar num completo programa educacional incluindo material didático-pedagógico e pode ser adotada com eficácia e ser adaptada às necessidades de qualquer organização, com simplicidade e baixo custo.

A educação ambiental nas empresas tem um papel muito importante, explica Jacobi (2003), porque desperta cada funcionário para a ação e a busca de soluções concretas para os problemas ambientais que ocorrem no seu local de trabalho, na execução de suas tarefas. Mas o conhecimento do funcionário não se limita aos portões empresariais, ele acaba levando essas atitudes para sua casa, repassando o conhecimento aos seus familiares, criando, assim, um ciclo que se expande progressivamente. Portanto a educação ambiental nas empresas conduz os profissionais a uma mudança de comportamento e atitudes em relação ao meio ambiente interno e externo às organizações.

Dias (2004) diz que a solução para o desenvolvimento baseado em sustentabilidade é a participação, a organização, a sensibilização, a cooperação e a educação das pessoas. O desenvolvimento sustentado não deve ser centrado na produção, mas sim nas pessoas. Deve ser adequado não só ao meio ambiente e seus recursos, mas também à cultura, à história e aos valores e crenças do local onde ele pretende. Portanto, não é somente nas instituições educativas que a educação ambiental acontece.

Jacobi (2003) defende que os recursos para o ensino-aprendizagem da educação para o meio ambiente se encontram em todas as partes, como nas grandes, médias, pequenas e microempresas; nas indústrias e fábricas; nas economias familiares e, sobretudo, nas ações de cada um. Desta forma, compete a toda a sociedade e principalmente aos educadores, buscar propostas, junto aos gestores e governantes, em que a defesa do ambiente saudável seja sempre reconhecida como compromisso primordial.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida em caráter bibliográfico, embasada em obras de autores renomados na área da educação ambiental, gestão ambiental empresarial, gestão ambiental pública, sustentabilidade e gestão eco-eficiente, entre os quais se destacam Layrargues, Jacobi, Backer, Reigota, Barbieri e Dias.

Para a elaboração do referencial foram consultados livros, artigos publicados em revistas, artigos da Constituição Federal, Política Nacional de Educação Ambiental, cartilhas do Ministério do Meio Ambiente, artigos publicados em meio eletrônico de fontes seguras. Buscou-se explorar as principais idéias dos autores, suas considerações sobre as questões ambientais, construindo-se, assim, uma visão mais ampla do estudo proposto.

Os trabalhos de revisão são definidos por Noronha e Ferreira (2000) como estudos que analisam a produção bibliográfica em determinada área temática, dentro de um recorte de tempo, fornecendo uma visão geral ou um relatório sobre um tópico específico, evidenciando novas idéias, métodos que têm recebido maior ou menor ênfase na literatura selecionada. Taylor e Procter (2001) definem revisão de literatura como uma tomada de contas sobre o que foi publicado acerca de um tópico específico.

Trata-se, portanto, de um tipo de texto que reúne e discute informações produzidas na área de estudo. Assim, revisar significa, em última análise, olhar novamente, retomar os discursos de outros pesquisadores, mas não no sentido de visualizar somente, mas de criticar. Nesse sentido, os resultados são apresentados de forma a permitir a apropriação de temas relacionados ao tema proposto, conforme estabelecido nos objetivos do estudo.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Na esteira do desenvolvimento a qualquer custo o homem demorou a perceber que os decorrentes impactos impostos ao meio ambiente estavam levando à insustentabilidade da vida no planeta. Vem-se assistindo, então, a um esforço global no sentido de diminuir os danos, de recuperar e preservar a natureza ameaçada, na busca de meios para uma eficiente gestão ambiental.

A questão ambiental já se tornou matéria obrigatória nas agendas dos executivos. A internacionalização dos padrões de qualidade ambiental descrito na série NBR ISO 14000; a globalização dos negócios; a conscientização crescente dos atuais consumidores; e a disseminação da educação ambiental nas escolas e em diversos âmbitos sociais surgem e se desenvolvem cada vez mais para atender à necessidade urgente de uma relação saudável entre a sociedade como um todo e o meio ambiente, mantendo, assim práticas de preservação ao meio ambiente e à qualidade de vida no planeta.

Um gerenciamento ambiental empresarial é, portanto, um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais se harmonizam e reforçam o potencial presente e o futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas. Espere-se, assim, que o desenvolvimento econômico, através das instituições públicas e privadas e da sociedade enquanto consumidora deixe de ser problema a meio ambiente e passe a ser parte das soluções.

No modelo de paradigma desejável a idéia é de integração e interação entre empresa, sociedade e natureza, propondo uma nova maneira de olhar e transformar o mundo. Felizmente, enquanto no passado os autores sociais optavam por ignorar ou agir reativamente a estas alegações, no presente, tem havido formas mais proativas de responder e se antecipar às demandas sócio-ambientais.

Percebe-se, portanto, que a responsabilidade ambiental não é um modismo e sim uma realidade no contexto organizacional, que acarreta alterações gradativas de comportamentos e de valores nas organizações, devendo estar presente nas decisões de seus administradores e balizar seu relacionamento com a sociedade. A mudança de comportamento indispensável, segundo Santos (2010), não se refere somente à proteção ao meio ambiente nas atividades organizacionais, implica em uma revisão de valores também, das pessoas que trabalham na organização a fim de se alcançar uma administração realmente eficiente ecologicamente.

Implementar um sistema de gestão ambiental em uma sociedade guiada pelo consumo implica em alterações políticas, estratégias, reavaliação de processos produtivos e principalmente, no modo de agir, através de educação ambiental em todos os âmbitos sociais.

É preciso que haja uma alteração de paradigmas, principalmente nas organizações privadas, deslocando o eixo da racionalidade econômica para a ecológica, na qual o mercado deixaria de ser considerado como majoritária instância reguladora da sociedade e determinante da economia, cedendo espaço crescentemente à natureza, com seus princípios ecológicos para cumprir essa função em condições sustentáveis e harmônicas. Já dizia Layargues (2003, p.81): “as leis da natureza encontrariam espaço na imposição de normas sociais na mesma medida em que as leis do mercado impõem as suas regras”.

Criar soluções apropriadas que visem à proteção da saúde ambiental, compreendendo esta a saúde de todos os seres vivos e do próprio planeta, é o grande desafio lançado às empresas, à sociedade e, principalmente, ao governo. Este é um caminho sem retorno: ou o homem preserva a natureza ou a humanidade terá sérios problemas de sobrevivência, pois as mãos que constroem devem ser as mesmas que preservam.

LIMITAÇÕES

O presente estudo limita-se na dificuldade de transformação da cultura de uma sociedade guiada pelo consumo. Outro fato limitante ao prosseguimento do estudo é que a discussão das questões ambientais tornou-se mais urgente nos últimos anos, fazendo com que o processo de conscientização ambiental ainda seja lento. É transparente que, apenas pela conscientização individual ou de uma comunidade, a situação atual não será transformada. São necessárias práticas efetivas e políticas públicas que tratem as questões ambientais com maior ênfase.

RECOMENDAÇÕES DE ESTUDO

A partir deste artigo, sugere-se que sejam avaliados os programas de educação ambiental existentes nos três setores sociais analisados que compõem a relação sócio-econômica-ambiental, visando uma mudança paradigmática da sociedade em relação ao meio ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASHLEY, Patricia Almeida. **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. São Paulo: Saraiva, 2003.

BACKER, Paul de. **Gestão Ambiental: a administração verde**. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 1995.

- BARBIERI, José Carlos. **Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos.** São Paulo: Saraiva, 2004.
- BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano: compaixão pela terra.** Petrópolis: Vozes, 1999.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- BRASIL. Política Nacional de Educação Ambiental. Lei nº 9.795/99: promulgada em 27 de abril de 1999.
- BRASIL. **Agenda Ambiental na Administração Pública.** Ministério do Meio Ambiente. 5 ed. Brasília: MMA/SAIC/DCRS/Comissão Gestora da A3P, 2009.
- BURSZTYN, Marcel. **A difícil Sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- CALLENBACH, E., et al.. **Gerenciamento Ecológico: Eco-Management – Guia do Instituto Elmwood de Auditoria Ecológica e Negócios Sustentáveis.** São Paulo: Ed. Cultrix, 1993.
- DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas.** 9 ed. São Paulo: Gaia, 2004.
- JACOBI, Pedro. **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 196, n. 118, p.189-205, mar. 2003.
- LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Petrópolis: Vozes, 2001.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier. Sistemas de gerenciamento ambiental, tecnologia limpa e consumidor verde: a delicada relação empresa-meio ambiente no ecocapitalismo. **RAE Revista de Administração de Empresas.** v. 40, n. 2, abr/jun 2000.
- MOURA, Luiz Antônio Abdalla de. **Qualidade e Gestão Ambiental.** 3 ed. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002.
- NASCIMENTO, Luis Felipe; LEMOS, Ângela Denise da Cunha; MELLO, Maria Celina Abreu de. **Gestão socioambiental estratégica.** Porto Alegre: Bookman, 2008.
- NORONHA, Daisy Pires; FERREIRA, Sueli Mara S. P. **Revisões de literatura.** In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CONDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (orgs.). Fontes de informação para pesquisadores e profissionais. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- ODUM, Eugene P. **Fundamentos de Ecologia.** 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

REIGOTA, M. **Educação Ambiental: fragmentos de sua história no Brasil.** 2 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

SANTOS, João Batista dos. **A Gestão Ambiental nas Organizações.** 2010. Disponível em: <http://www.techoje.com.br/site/techoje/categoria/detalhe_artigo/757>. Acesso em: 20 mai. 2012.

SILVA, Pedro. Multiplicadores: a nova barreira do empreendimento sustentável. **Revista Novo Ambiente**, v. 1, n. 2, p. 6, jul. 2010

TAYLOR, Dena; PROCTER, Margaret. **The literature review: a few tips on conducting it.** Disponível em <<http://www.writing.utoronto.ca/advice/specific-types-of-writing/literature-review>>. Acesso em 25 jun. 2012.

VALLE, Cyro Eyer do. **Qualidade Ambiental.** 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1995.

VIEIRA, Lênia Ribeiro de Souza. **O papel da educação ambiental em empresas.** 2003. Disponível em:

<http://www.ietec.com.br/ietec/techoje/materias_tec/meioambiente/gestao/dtml_materia?id=http://www.ietec.com.br/ietec/techoje/techoje/meioambiente/2003/08/07/2003_08_07_0008.2xt>. Acesso em: 25 mai. 2012.